

ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA: PESQUISA COM DOCENTES DO CEARÁ

Remote teaching during the pandemic: survey on teachers Ceará state, Brazil

Márcio Kleber Morais Pessoa¹

Manoel Moreira de Sousa Neto²

Resumo

Este texto tem como objetivo analisar a situação dos docentes da rede estadual de educação básica do Ceará em relação ao ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid-19. Foi realizada uma pesquisa quantitativa com amostra válida: 281 professores responderam a um questionário *online* autoadministrado com nível de confiança de 90% e com erro amostral de 5%. A aplicação ocorreu entre abril e maio de 2021, sendo utilizada a técnica “bola de neve”. O formulário *online* possuía “travas de segurança” que encerravam a aplicação, caso o respondente não atendesse ao perfil. Os dados coletados indicam que os docentes realizaram mais trabalho extraclasse. O atendimento personalizado a alunos também aumentou, ocorrendo principalmente por meio de aplicativo de mensagens, o que requer conectividade 24h por dia, 7 dias por semana. A consequência disso (a partir da percepção dos sujeitos) é que o adoecimento docente se intensificou, principalmente problemas relacionados à saúde mental, à visão e à coluna, perna ou pé. Por outro lado, problemas vocais foram amenizados.

Palavras-chave: Trabalho docente; Ensino remoto emergencial; Pandemia; Adoecimento.

Abstract

This text aims to analyze the situation of teachers of the state elementary education system in Ceará regarding emergency remote teaching during the Covid-19 pandemic. A quantitative survey was carried out with a valid sample: 281 teachers answered a self-administered online questionnaire with a confidence level of 90% and a sampling error of 5%. The survey was applied between April and May 2021, using the “snowball” sampling technique. The online form had “filter questions” that closed the application if the respondent did not match the profile. The collected data indicate that teachers performed more extracurricular work. Personal attention to students has also increased, mainly through messaging application, which requires 24/7 connectivity. The consequence of this (as perceived by the subjects) is that illnesses among teachers have increased, especially problems related to mental health, sight and the spine, leg or foot. On the other hand, vocal problems were alleviated.

Keywords: Teaching work; Emergency remote teaching; Pandemic; Illness.

Introdução

Em 20 de abril de 2021, o líder do governo Bolsonaro na Câmara, deputado Ricardo Barros (partido Progressistas), afirmou em entrevista que

¹ Sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: mkpceara@hotmail.com

² Sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor da educação básica na rede estadual do Ceará. E-mail: manoelneto81@hotmail.com

“não tem nenhuma razão para o professor não estar dando aula [...] Só o professor que não quer trabalhar”. O deputado ainda afirmou que os professores estão causando “tanto dano às nossas crianças na continuidade da sua formação”. Ele destacou ainda que um projeto de lei seria votado na Câmara para tornar a educação um serviço essencial “para justamente fazer com que haja a prestação do serviço”.³ Por fim, Barros disse que “o professor não quer se modernizar, não quer se atualizar, essa é que é a verdade”.⁴ Antes da declaração do político, já havia grande alvoroço no estado do Ceará e em outros estados pelo retorno das aulas presenciais, havendo principalmente organizações privadas realizando forte pressão para a reabertura dos estabelecimentos escolares.

A partir desse cenário, decidimos pesquisar a situação dos docentes da rede estadual do Ceará durante a pandemia, a fim de compreendermos a realidade dos professores nesse momento tão delicado. Após as afirmações do político, interessou-nos entender se, de fato, os docentes não estão trabalhando, como ele afirmou. Vale ressaltar que as aulas presenciais foram interrompidas ainda em março de 2020, quando as mortes diárias no país estavam abaixo de 50 ocorrências. Todavia, a fala do parlamentar ocorreu no dia em que o país contou com 73.172 novos casos confirmados e 3.481 mortes por Covid: totalizando 378.530 óbitos com média móvel diária (média dos últimos sete dias) de 2.830 mortes.⁵ Esses dados, por si sós, podem revelar uma irracionalidade essencial na fala do deputado e também na pressão das organizações privadas. Contudo, optamos pela pesquisa ora apresentada para termos dados científicos sobre o cenário da educação escolar durante a pandemia de Covid-19.

³ O deputado se refere ao Projeto de Lei N° 5594/2020, proposto pela parlamentar Adriana Ventura (partido Novo). O Projeto de lei foi aprovado na Câmara exatamente no dia 20 de abril, mas ainda segue em tramitação. No Ceará, deputados estaduais propuseram projeto similar, mas, no início de maio de 2021, a proposta foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), não chegando sequer a ir a votação no plenário. Disponível em: <https://www.focus.jor.br/assembleia-legislativa-vota-contra-tornar-escolas-atividades-essenciais-no-ceara/> Acesso em: 28 maio 2021.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/04/20/nao-ha-intencao-do-governo-em-furar-teto-de-gastos-diz-ricardo-barros> Acesso em: 28 maio 2021.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/20/brasil-chega-a-3785-mil-mortos-por-Covid-pais-registrou-3481-mortes-em-24-horas.ghtml> Acesso em: 28 maio 2021.

Dito isso, o objetivo deste texto é analisar a situação dos docentes da rede estadual de educação básica do Ceará em relação ao ensino remoto durante a pandemia de Covid-19, por meio de dados empíricos.

A obtenção dos dados se deu pela realização de *survey* aplicado a docentes da citada rede de ensino, entre os dias 12 de abril e 03 de maio de 2021. Apesar de aplicado em 2021, o questionário contava com perguntas que buscavam comparar o trabalho docente antes e durante a pandemia, logo, buscamos uma aproximação com o *survey* longitudinal, isto é, pedimos que os respondentes fornecessem “dados relevantes para questões que envolvem processo” (BABBIE, 1999, p. 104), indicando informações sobre vivências passadas acerca de sua atividade laboral.

No total, foram 323 participações. Contudo, somente 281 respostas foram válidas, pois o questionário contava com “travas de segurança” para evitar que pessoas que não atendessem ao perfil o respondessem. Para participar, o docente deveria atender a quatro requisitos: ser docente da rede estadual do Ceará, estar lotado em sala de aula, não ter tido nenhum tipo de afastamento prolongado no ano letivo 2021 (por exemplo, licença-médica) e, por fim, ter atuado antes e durante a pandemia, a fim de comparação entre os períodos. A diferença entre participações e respostas válidas corresponde exatamente aos elementos que não se encaixavam no perfil da pesquisa, não atendendo aos requisitos.

As 281 respostas caracterizam uma amostra válida com 90% de nível de confiança e 5% de erro amostral. Essas porcentagens têm relação com a precisão da pesquisa, visto que quanto mais elementos da população estudada respondem ao questionário, maior a probabilidade de os dados condizerem com a percepção geral desse público.

A rede estadual do Ceará contava, em 2021, com 17.090 docentes, segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Todavia, nem todos os elementos da população estavam aptos a participar da pesquisa devido aos requisitos já destacados. Por exemplo, é provável que uma parcela significativa do total de professores estivesse fora de sala de aula: em cargos de gestão ou em laboratórios de ensino, por exemplo. Ademais, outra parcela podia estar afastada da escola por licença ou por afastamento para estudos.

Muitos também podem ter sido contratados durante a pandemia, o que impedia a participação por não poder realizar a comparação entre os períodos antes e durante a crise sanitária, que coincide com o início do trabalho remoto generalizado. Por fim, uma semana antes da pesquisa, o governo do estado deu posse a cerca de 1.250 docentes concursados que esperavam a nomeação desde 2018,⁶ o que inevitavelmente tirou das escolas um montante de temporários que tiveram suas vagas ocupadas pelos novos profissionais concursados.

A amostra não foi estratificada, o que significa que não houve qualquer seleção de algum grupo específico de professores. Antes da aplicação definitiva, o formulário foi testado com seis docentes efetivos e temporários. Assim, essa fase contribuiu para correções, adaptações, exclusões e acréscimos de questões, servindo para o melhoramento do instrumento de investigação.

Os testes e a aplicação final foram realizados via internet, pois a pandemia impedia contatos presenciais. O instrumento de pesquisa foi compartilhado por meio do *Google* Formulários, sendo divulgado em redes sociais como o *Whatsapp*, o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*, sendo autoadministrado, o que é considerado satisfatório para uma população com ensino superior e com acesso a tecnologias digitais, como é o caso dos docentes da rede estudada. O link do questionário acompanhava sempre uma mensagem destacando a garantia de anonimato aos respondentes e o pedido de compartilhamento com outras pessoas que atendessem ao perfil de pesquisa, o que se caracteriza como a técnica “bola de neve” (ATKINSON; FLINT, 2001), em que os pesquisadores perdem o controle de para onde o instrumento de pesquisa vai ser enviado, assim como a metáfora de uma bola de neve.

Essa suposta “perda de controle” acaba sendo benéfica para os objetivos da investigação, pois evita que haja algum viés por porte dos investigadores, visto que eles não têm como selecionar quem vai ou não responder ao instrumento. Isso, por óbvio, aumenta a aleatoriedade dos

⁶ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/04/05/governo-do-ceara-da-posse-a-1-250-professores-aprovados-em-concurso-para-a-rede-estadual/> Acesso em: 28 maio 2021.

sujeitos pesquisados, garantindo maior precisão às informações finais coletadas.

Os dados são discutidos a partir do diálogo realizado com autores que tratam dos temas: trabalho docente, adoecimento docente, ensino remoto etc.

Trabalho docente

Uma questão importante que deve ser abordada inicialmente é a definição de trabalho docente. Em um primeiro momento, podemos considerar o ato de lecionar para discentes. Todavia, o trabalho docente vai muito além disso. Se o interlocutor não tiver noção mínima sobre isso, pode considerar que o fato de uma docente não estar frente a frente com discentes em uma sala de aula física seja suficiente para afirmar que aquela pessoa não está trabalhando.

Sabendo disso, definiremos o trabalho docente por meio da noção de ergonomia, que considera “as exigências do processo laboral, sua eficácia e a saúde do trabalhador” (ALVES, 2018, p. 11). Um ponto essencial para descobrir o que é o trabalho docente é entender que ele é realizado dentro e fora de sala de aula. A própria Lei do Piso Salarial do Magistério prevê que 1/3 da carga horária desse trabalhador se dá sem interação com o alunado, conforme destaca o Art. 2º: “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (BRASIL, 2008). Dessa forma, considerar que o ensino ocorre apenas no momento da interação docente-discente é uma visão equivocada do que é a profissão docente.

Um professor necessita estudar e planejar suas aulas para poder executá-las. Por outro lado, após a execução, necessita avaliar os estudantes e se ater a um trabalho burocrático que é invisível aos olhos da maioria das pessoas: cálculo de notas, lançamento de notas, preenchimento de diário de classe etc. Além disso, há reuniões com a direção escolar, com os segmentos escolares, com outros docentes etc. Essas ações, com frequência, passam

despercebidas ao público em geral. Contudo, são essenciais para o entendimento do que é o trabalho docente.

Dito isso, ainda há um componente em falta para compreendermos o que é o trabalho docente: Alves (2018) destaca que todas essas tarefas são apenas prescrições e que falta a elas o componente humano, isto é, o imponderável. É a realização prática da tarefa, que o autor chama de atividade, que é, de fato, o trabalho docente. E sempre haverá diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real:

Em ergonomia, a *atividade* compreende a presença humana na mediação do prescrito ao real, aquilo que o trabalhador faz, engaja e mobiliza (inteligência, interfaces com o coletivo, corpo, memória...) no processo de realização da tarefa [...] Assim, a análise ergonômica do trabalho evidencia que, em que pese a importância do previamente prescrito, ater-se linearmente a ele é impossível, pois em situação real há *variabilidades* de toda ordem — dos contextos e das pessoas (ALVES, 2018, p. 13. Grifos do autor).

Destarte, o trabalho docente não pode ser pensado apenas como prescrição, o que seria limitado. Deve ser pensado em sua base real, considerando aquilo que ocorre, de fato. Sabendo disso, destacamos a seguir os fatos apontados por docentes da rede estadual do Ceará em relação à sua atividade durante a pandemia.

Perfil dos respondentes

Primeiramente, é importante destacarmos algumas informações sobre a rede estadual de educação básica do Ceará, segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica 2021: além de mais de 17 mil docentes, o ano letivo de 2021 contava com mais de 387 mil matrículas e 732 estabelecimentos de ensino, que comportavam quase 10.800 turmas. A rede estadual é responsável, principalmente, pela oferta do Ensino Médio, que representava cerca de 86% do total de matrículas naquela rede de ensino.

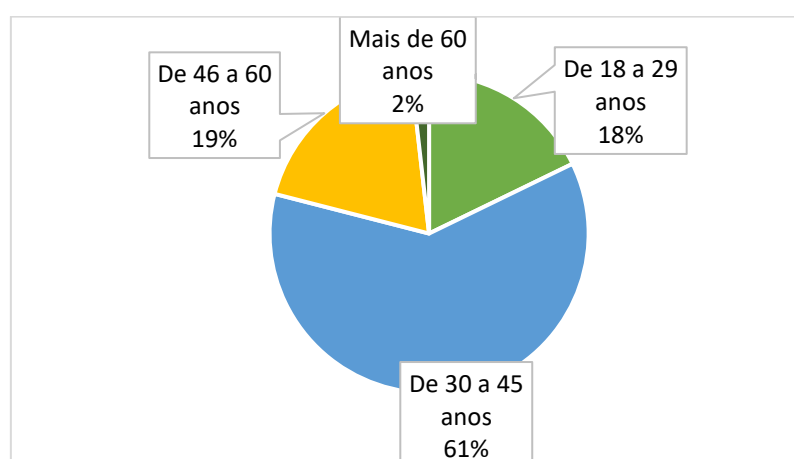
Em relação ao perfil dos respondentes, 55% são efetivos e 45%, temporários. Praticamente metade dos temporários, 48%, tem até 30h semanais de carga horária contratual, o que se caracteriza como meio período de trabalho, culminando em menor salário, enquanto, entre os

efetivos, apenas 11% trabalham meio período (no caso, 20h semanais).⁷ Além da falta de estabilidade e de proteção ao cargo, características típicas dos profissionais temporários, também sofrem com baixas cargas horárias e seus respectivos salários. Caracterizando a instabilidade do cargo, 34% dos temporários afirmam que tiveram alteração de carga horária durante a pandemia, momento excepcional de calamidade pública, 24% dos quais, sofreram com redução do tempo de trabalho e, por consequência, de salário.

Lecionam em Fortaleza 38%, enquanto 62% são de outros municípios. Em 2017, a distribuição espacial dos docentes era de 30% na capital e de 70% em outras cidades, segundo dados da própria Secretaria de Educação (Seduc).

A distribuição por faixa etária ficou assim:

GRÁFICO 1 – IDADE DOS RESPONDENTES



Fonte: survey com 281 docentes da rede estadual do Ceará.

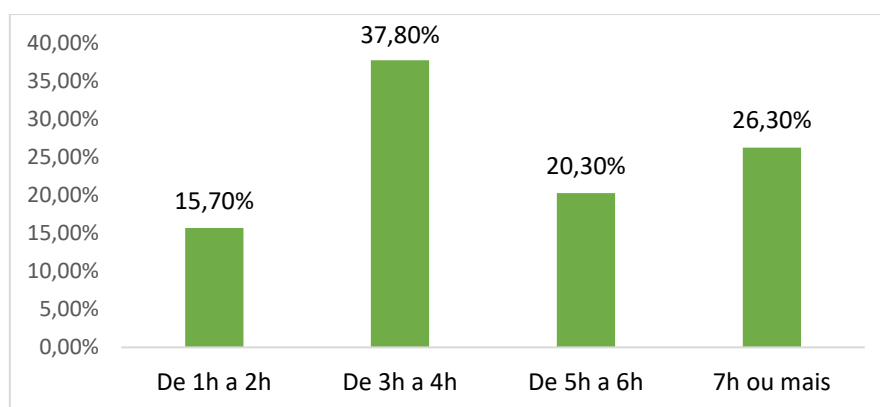
O Gráfico 1 indica que a categoria docente é composta principalmente por pessoas entre 30 e 45 anos. Só 2% têm mais de 60 anos, compondo o grupo de risco por idade da Covid-19. Isso poderia significar um alento para os profissionais em relação ao retorno presencial das atividades. Todavia, na próxima seção são apresentadas outras informações que relativizam isso, como a porcentagem de docentes com comorbidade.

Continuando a apresentação do perfil: 63% dos docentes se consideram negros (preto ou pardo), enquanto 36% afirmam ser brancos. A

⁷ Docentes temporários são contratados por hora-aula, enquanto os efetivos possuem dois regimes de carga horária: 20h ou 40h semanais.

distribuição por sexo ficou praticamente idêntica: 49,5% de mulheres e 50,5% de homens. Apenas 7,5% dos profissionais moram sozinhos, logo, 92,5% necessitam negociar com seus familiares a realização do ensino remoto, tipo de trabalho que afeta a rotina doméstica dos trabalhadores, conforme é apresentado adiante. Ainda sobre a rotina domiciliar, os professores provavelmente tiveram que aumentar a quantidade de trabalho doméstico realizado durante a pandemia, pois passaram a se alimentar mais em casa, a usar e a sujar mais a residência, além do fato de que a categoria das empregadas domésticas sofreu um forte golpe em relação ao desemprego, pois muitas pessoas que as contratavam passaram a ter receio de ter uma empregada em casa devido à possibilidade de infecção mútua por Covid,⁸ o que pode ter sido o caso de muitos docentes também. Além disso, 48% dos docentes têm filho(s), que também tiveram que ficar mais tempo em casa devido à pandemia e ao ensino remoto, logo, isso significa mais trabalho reprodutivo para os responsáveis. Dessa forma, a realização de trabalhos domésticos ficou assim distribuída entre os docentes:

GRÁFICO 2 – MÉDIA DE HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO DOMÉSTICO DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Dados do survey.

A quantidade de horas de trabalho apresentada no Gráfico 2 significa para muitos uma dupla jornada laboral: 47% realizam 5h ou mais de atividades domésticas. A conciliação dos trabalhos produtivo e reprodutivo é um fator a mais de desgaste desses profissionais, o que é invisibilizado durante a pandemia.

⁸ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/domesticas-estao-no-grupo-dos-mais-atingidos-pela-crise-economica-da-pandemia,70003654505> Acesso em: 28 maio 2021.

Esses dados caracterizam o perfil dos respondentes. A seguir, apresentamos informações sobre a relação dos docentes com a pandemia.

Dados sobre COVID-19

Apenas 18% dos docentes tiveram diagnóstico positivo de Covid-19, o que aponta que 82% dessa população⁹ teria mais risco em ficar exposta ao SARS-Cov-2 em um possível retorno presencial das atividades.¹⁰ Ademais, 29% dizem considerar ter alguma comorbidade, o que poderia agravar o quadro de saúde em caso de (re)infecção pelo coronavírus. Dito isso, analisamos a tabela a seguir:

TABELA 1 – PERCEPÇÃO DOCENTE ACERCA DA GRAVIDADE DA PANDEMIA E DO RECEIO DE (RE)INFECÇÃO EM ESCALAS DE 0 A 10

| Referência | Gravidade da Pandemia | Receio de (re)infecção |
|------------|-----------------------|------------------------|
| Média | 9,7 | 9,1 |
| Mediana | 10 | 10 |

Fonte: Dados do *survey*.

Em uma escala de 0 a 10, os docentes atribuem, em média, 9,7 para a gravidade da pandemia. Na mesma escala, a média é de 9,1 para receio de (re)infecção. Ambas as medições contaram com mediana 10, o que significa que mais de 50% dos profissionais atribuem gravidade e receio máximos (86% e 67%, respectivamente). Isso pode ser facilmente explicado pelo fato de 99% dos sujeitos conhecerem alguém que faleceu de Covid ou por decorrência da doença, o que indica a disseminação da doença no país naquele momento, que se espalhava fora de controle e sem intervenções significativas por parte, por exemplo, do Ministério da Saúde, órgão que apresentou resistência em veicular campanhas de conscientização de uso de

⁹ Dentre esses, 31% suspeitam que tiveram a doença, mas não tiveram diagnóstico positivo.

¹⁰ SARS-Cov-2 é a nomenclatura oficial do vírus específico que causa da doença Covid-19, que é da família dos coronavírus. SARS é a sigla em inglês para “síndrome respiratória aguda severa”. Neste texto, usamos a palavra coronavírus ou vírus como sinônimo de SARS-Cov-2, a fim de facilitar a leitura, visto nos referirmos apenas a este vírus específico. A produção de anticorpos e a possibilidade de reinfecção pelo coronavírus ainda são temas em estudo. Contudo, o surgimento de variantes do vírus é um fator de grande preocupação. Ademais, há indícios de que a reinfecção pode apresentar sintomas mais fortes. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/reinfeccao-pelo-coronavirus-qual-o-risco-real/> E em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/reinfeccao-por-Covid-19-pode-vir-acompanhada-de-sintomas-mais-fortes-0> Acesso em: 28 maio 2021.

máscara ou de orientação de como lavar as mãos de forma eficaz, ações básicas para evitar a disseminação do vírus.

Ademais, o ritmo de vacinação do Brasil estava muito lento, porque não haviam doses suficientes para uma imunização em massa, apesar de o país ter *expertise* nesse tipo de campanha devido ao fato de possuir um sistema de saúde de grandes proporções e ramificado. Dessa forma, em 19 de maio de 2021, o Brasil estava na 77^a posição global de imunização.¹¹ Isso tudo contribuiu para o clima de incerteza e de medo na população, não sendo diferente entre os docentes, que necessitariam estar juntos com cerca de 40 alunos para realizar o trabalho presencial.

Ensino durante a pandemia

Ao contrário de alguns discursos de senso comum que se disseminaram na sociedade, os docentes trabalharam durante a pandemia. Apenas mudou a forma como a atividade é realizada, devido à prevenção ao coronavírus. Dito isso, esse novo formato foi um desafio para alunos, mas também para professores, que tiveram que se preparar e lançar mão da criatividade, além de, literalmente, pagar por benfeitorias com o intuito de garantir esse novo formato de aula.

Nesse aspecto, é importante destacar que esse processo de ressignificação ocorreu de forma acelerada e emergencial, diferenciando-se do modelo de Educação a Distância (EaD), que vem sendo implementado no Brasil há alguns anos. Segundo Penteado e Costa (2021, p. 2) a “EaD se distingue de outras formas de ensino remoto pela sua característica planejada e por exigir inovações de ordem pedagógica, didática e organizacional com metodologias, ambientes de aprendizagens, gestão e avaliação peculiares”. Diante dessa constatação, é possível pensar na hipótese de que boa parte dos docentes da rede pública do Ceará se depararam, de forma repentina, com uma série de desafios que não faziam parte de sua prática professoral, como as inovações pedagógicas em ambientes virtuais de aprendizado, pois o ensino remoto emergencial se

¹¹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4925562-afinal-brasil-vacina-pouco-ou-muito--confira-5-dados-do-ranking-global.html> Acesso em: 28 maio 2021.

caracteriza pela tentativa de o professor espelhar o trabalho que realizava presencialmente por meio de videoconferências.

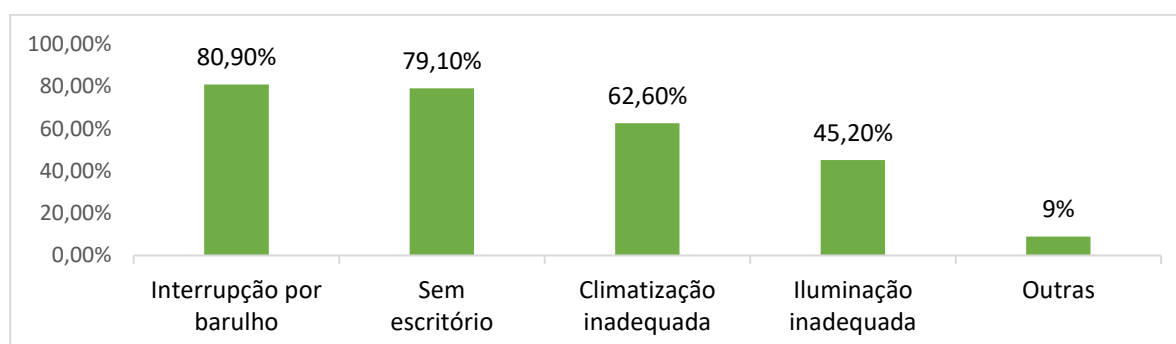
O ensino remoto tem como principal ferramenta a internet, sendo que as aulas (síncronas), reuniões ou videoconferências são pautadas no modelo presencial (mais personalizado e focado nas necessidades do grupo de alunos), porém de modo adaptado, virtualizado e improvisado, mediante o uso de recursos como aplicativos e plataformas que possibilitam chamadas de vídeos e encontros virtuais. Também ocorrem, eventualmente, gravações de aulas assíncronas (PENTEADO; COSTA, 2021, p. 3).

Essa caracterização é importante para entendermos o caráter excepcional da educação escolar durante a pandemia, produzindo diversos impactos no trabalho docente dos professores da rede pública do Ceará.

Na rede estadual do Ceará, em relação ao ano letivo 2021, o governo descentralizou a decisão sobre o tipo de ensino em cada escola. Assim, segundo os respondentes, 16% atuavam em escolas que optaram pelo ensino híbrido (parte presencial, parte remoto) e 1% trabalhava em escolas que optaram pela atividade totalmente presencial. Logo, 83% estavam no formato totalmente remoto. Importa destacar que as escolas que optaram por algum grau de ensino presencial tiveram que suspender esse formato em alguns momentos devido a decretos estaduais ou municipais que interromperam aquela modalidade de aula em momentos de recrudescimento da pandemia.

Em relação ao ensino durante a pandemia, 41% dos profissionais afirmaram não ter em sua residência um ambiente adequado para a realização das aulas remotas. As principais queixas eram:

GRÁFICO 3 – CARACTERÍSTICAS DA RESIDÊNCIA DO DOCENTE QUE O IMPEDEM DE TER UM AMBIENTE ADEQUADO PARA ESTUDOS



Fonte: Dados do *survey*.

Como já destacado, a maioria dos profissionais possui um ambiente adequado para o trabalho remoto. Todavia, entre os 41% que não o têm, a maior queixa é relacionada à interrupção por barulhos, quantidade que coincide com os que afirmam não ter escritório, o que aponta para a inadequação estrutural da residência para esse tipo de atividade, o que, por óbvio, impede que o trabalhador tenha um ambiente isolado e com conforto sonoro. No mesmo sentido, a climatização e a iluminação inadequadas também podem ter relação com a ausência de um escritório, pois outros cômodos da residência não foram planejados para a realização de trabalhos, logo, é provável que não tenham as características de iluminação e de climatização adequadas para as aulas.

Em relação à atividade remota, 85% afirmam ter tido algum problema durante as aulas síncronas, como, por exemplo: problemas na internet (93%) e no computador (77%), além de interrupção devido a barulhos em seu ambiente familiar (44%). Outros 67% dos professores presenciaram cenas inadequadas durante as aulas, sendo as principais ocorrências: interrupção devido a barulhos no ambiente familiar do alunado (69%) e invasão da sala virtual por pessoas não autorizadas (54%).¹²

Constatamos a falta de interação durante as aulas remotas. Isso pode afetar significativamente o processo ensino-aprendizagem, visto que uma das principais características da profissão é a interação. As aulas remotas se dividem em dois tipos: as aulas síncronas – com interação imediata – e as assíncronas – com interação mediada. Na rede estadual do Ceará, o primeiro tipo ocorre, geralmente, por meio do aplicativo *Google Meet*, em que são realizadas reuniões instantâneas. Já para o segundo formato, é utilizado, em geral, o *Google Classroom* e o *Whatsapp*, ambientes em que o professor posta videoaulas, materiais de leitura etc. Dito isso, a realização de aulas síncronas se distribui da seguinte forma entre os respondentes:

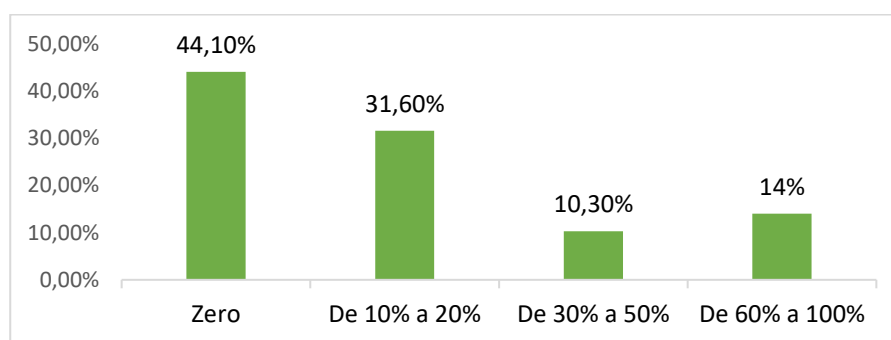
- De zero a 30% do tempo total de aula: 18% dos docentes;

¹² É importante destacar que problemas decorrentes da adaptação das residências em ambientes de trabalho não acontece apenas com os professores. Outras categorias que precisaram migrar para o modelo *home office* apresentam relatos semelhantes. É o caso dos trabalhadores de agências de viagens que, segundo Silva, Silva e Santos (2021, p. 10), “nas condições físicas, observa-se que os sujeitos apontam a necessidade de adaptar parte da própria casa para o trabalho, o que acarreta certa dificuldade. Questões como espaço físico, silêncio e mobiliário adequado despontam como fundamentais para concentração e produtividade”.

- De 40% a 60% do tempo total de aula: 41% dos docentes;
- De 70% a 100% do tempo total de aula: 41% dos docentes.

Como se pode perceber, os professores da rede estudada dão prevalência ao tipo de aula síncrona, quando há interação imediata entre os sujeitos. Todavia, conforme já destacado, a interação deixou de ser uma característica forte das aulas no ensino remoto, o que pode ser comprovado pelos dados a seguir:

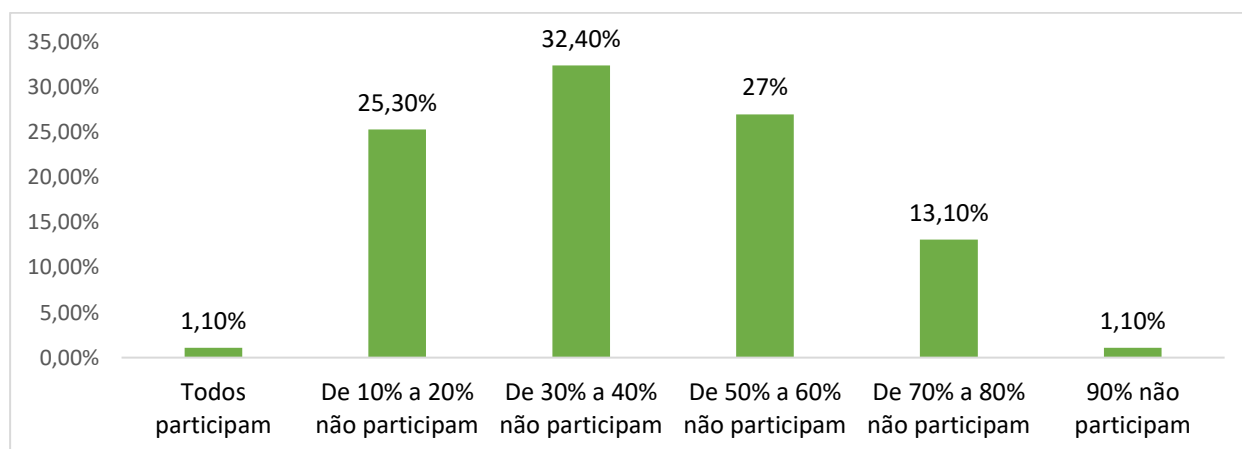
GRÁFICO 4 – PORCENTAGEM DE ALUNOS COM CÂMERA LIGADA DURANTE AULAS SÍNCRONAS



Fonte: Dados do survey.

Conforme análise do Gráfico 4, 44% dos docentes afirmam que nenhum aluno liga a câmera durante as aulas. Outro 32% dizem que só de 10% a 20% dos discentes o fazem. Câmera e áudio desligados é indício de falta de interação na aula; interação esta que é comum no formato presencial. Outra informação nesse sentido é indicada no próximo gráfico:

GRÁFICO 5 – PORCENTAGEM MÉDIA APROXIMADA DE ALUNOS QUE NÃO PARTICIPAM DE QUALQUER ATIVIDADE REALIZADA PELOS DOCENTES



Fonte: Dados do survey.

Só 1% dos trabalhadores afirma que todos os alunos participam das atividades. A maioria (85%) diz que de 10% a 60% dos alunos realizam todas as atividades propostas. Esse dado corrobora com o anterior sobre a falta de interação e lança uma preocupação alarmante para a educação do estado do Ceará – e que não deve ser diferente do que ocorre em outras Unidades da Federação –, que é o déficit educacional causado pela pandemia e que ainda não é possível de ser mensurado com exatidão.

Por outro lado, 85% dos docentes ligam a câmera durante as aulas, o que pode ser considerado satisfatório para tentar garantir maior interação entre os sujeitos. Mas isso deve ser relativizado, pois 44% deles se sentem obrigados a fazê-lo. Essa obrigação provavelmente parte de cobranças de segmentos escolares, o que será abordado adiante.

Ademais, um dado preocupante indica que 2/3 dos profissionais têm receio de terem suas aulas gravadas e divulgadas na internet de forma irregular, o que pode ter relação com o cenário nacional contemporâneo de perseguição a docentes por movimentos políticos extremistas. Esse tipo de perseguição já ocorreu no estado do Ceará e teve grande repercussão na mídia e nas redes sociais, o que pode justificar o receio dos respondentes.¹³ Esse receio também é compartilhado por docentes de outras redes (SOUZA *et al*, 2021). Tal expediente conflui com as práticas do movimento Escola Sem Partido, que classifica como “doutrinação” algumas práticas pedagógicas dos professores.

A lógica de ação do Escola sem Partido adota uma mescla de monitoramento e de intimidação dos docentes. O movimento defende que alunos e pais — sob a proteção do anonimato, se assim o desejarem — denunciem práticas de “doutrinação” experimentadas nas escolas por meio da exposição pública dos supostos doutrinadores. O movimento disponibiliza também um modelo de “notificação extrajudicial”, que pode ser utilizado pelos pais, igualmente de forma anônima, como uma espécie de aviso aos professores. Os termos desse documento incluem a afirmação de que a liberdade de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão em sala de aula, assim como a ameaça expressa de que eventuais práticas de doutrinação seriam não apenas amplamente divulgadas, mas também judicializadas, gerando penalidades criminais e ações civis de reparação de danos (BRITTO, 2019, p. 4).

¹³ Disponível em: www.encurtador.com.br/eijGL Acesso em: 29 maio 2021.

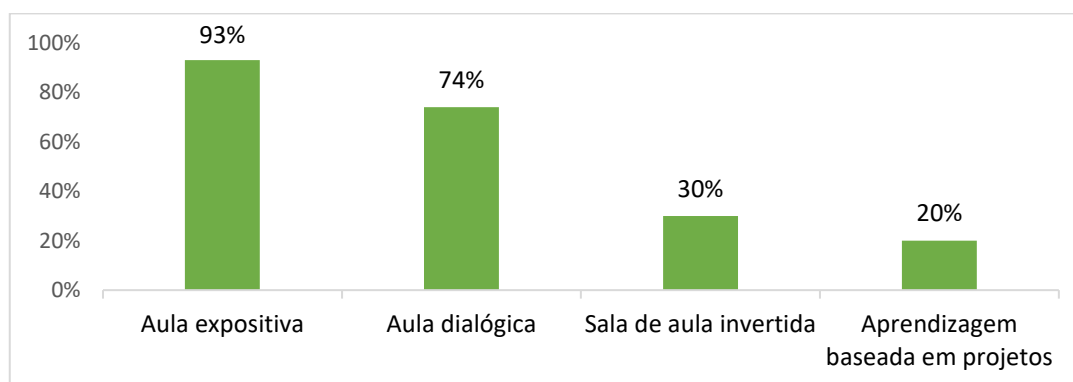
Dessa forma, é possível supor que os professores que não se sentem confortáveis em ter suas aulas gravadas assumam uma “postura defensiva” perante a demanda criada pelo ensino remoto emergencial. No entanto, outras questões ligadas à especificidade dessa metodologia podem ser levadas em consideração, principalmente se, novamente, fizermos uma comparação com a EaD.

Ao analisar os desafios do trabalho docente em EaD e a produção de videoaulas, Penteado e Costa (2021, p. 6), dialogando com Tezonin, constata que “a elaboração e produção de materiais didáticos audiovisuais acarreta inseguranças e dificuldades de professores: medo de falar diante da câmera, vestuário, maquiagem, controle de tempo, consciência espacial e corporal e uso da linguagem não verbal”. Mesmo com as diferenças já apresentadas entre as duas modalidades, o fato de em ambas o professor se encontrar em uma condição de obrigatoriedade do uso de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) nos faz pensar que os desafios para a prática pedagógica em EaD possam ser semelhantes aos do ensino remoto emergencial.

Devido às particularidades do momento vivido, 98% dos respondentes afirmaram que fizeram modificações nos planejamentos de suas aulas, sendo as principais mudanças as seguintes: redução da quantidade de conteúdos (82%), inclusão de conteúdos da série anterior (58%) e priorização de conteúdo do livro didático (40%). No mesmo sentido, os professores indicam os principais recursos utilizados para garantir a realização de atividades e de avaliações: *slides* e/ou outros materiais produzidos pelo professor (96%), *sites* e/ou aplicativos especializados (78%) e o livro didático (74%). Isso significa que quase a totalidade dos profissionais teve que produzir materiais autorais para a realização do trabalho, uma necessidade imposta pelo ensino remoto.

Em relação à metodologia usada nas aulas remotas, a distribuição ficou assim realizada:

GRÁFICO 6 – METODOLOGIA DAS AULAS REMOTAS



Fonte: Dados do *survey*.

Quase a totalidade dos docentes usou, em algum momento, o método tradicional de aula expositiva.¹⁴ Porém, o que chama a atenção é a utilização de métodos não tradicionais: três de cada quatro professores realizaram aulas dialógicas, em que a participação do aluno é essencial. No mesmo sentido, mas menos preponderante, 30% dos profissionais lançaram mão da sala de aula invertida, em que, novamente, a participação do alunado é fundamental, visto que essa metodologia requer que os estudantes sejam protagonistas no processo ensino-aprendizagem. Por fim, 20% se utilizaram da execução de projetos variados. Esses dados indicam possível preocupação dos profissionais em reverter a tendência de falta de participação discente durante aquele momento.

A discussão sobre ensino remoto indica que a interação das aulas foi prejudicada, mas aponta também para o fato de que os professores buscam estimular essa característica com metodologias diversificadas, produção de materiais autorais e, também, com o fato de a maioria ligar a câmera durante as reuniões.

Estrutura e apoio

Como foi apresentado anteriormente, os docentes estão trabalhando ativamente durante a pandemia, inclusive tendo de realizar produções e adaptações em seus materiais de trabalho e em suas metodologias, a fim de garantirem as aulas remotas. Todavia, o fato de estarem trabalhando de

¹⁴ Aqui, encontramos mais uma semelhança entre o ensino remoto emergencial e a EaD. Segundo Penteadó e Costa (2021, p. 7), “no plano discursivo a proposta de EaD é tida como inovadora e criativa. Porém, na prática docente em videoaulas, prevalece a ação pedagógica tradicional”.

suas casas, faz que com que haja necessidade de adaptações também no ambiente doméstico, o que é abordado nesta seção.

Nesse quesito, identificamos que as especificidades no ensino remoto emergencial, caracterizadas pela tentativa de espelhar o ambiente escolar nas suas residências acabou por não considerar situações importantes para a implementação de um regime de trabalho em *home office*. Ao classificarmos o trabalho docente no ensino remoto emergencial como *home office*, dialogamos com Silva, Silva e Santos (2021, p. 4) que, ao analisarem as leis trabalhistas sobre o tema, mostram que “considera-se teletrabalho quando se pode efetuar-lo a partir de qualquer lugar que tenha acesso à rede e/ou às TICs, e não necessariamente na residência do funcionário” e que o *home office* “se dá no domicílio do funcionário, podendo haver a intercalação de atividades presenciais no espaço físico da empresa e o uso, ou não, de TICs”.

De acordo com os dados da pesquisa, constata-se que a maior parte dos respondentes disse que suas escolas optaram por praticar o ensino remoto emergencial ou (em menor escala) o ensino híbrido. Em ambos os casos, fica claro que o ensino realizado durante a pandemia ocorre por meio do modelo caracterizado como *home office*, ou seja, a residência do professor transforma-se em seu novo local de trabalho.

Dessa forma, é possível imaginar que uma mudança dessa natureza requiera um planejamento para que as mudanças correspondam aos interesses da comunidade escolar, o que não ocorreu por parte do governo do Governo do Estado, de acordo com os dados que observamos nesta seção. A título de comparação, Alves, Amorim e Bezerra (2021, p. 5) realizaram estudo de caso para compreender as estratégias de uma empresa de *software*,¹⁵ localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba, que implementou as mudanças necessárias para que seus funcionários pudessem realizar seus trabalhos de suas casas, destacando o plano de ação em quatro pontos: “(a) infraestrutura do *home office* dos colaboradores; (b) plano de trabalho

¹⁵ Realizamos esse exercício comparativo, a fim de compreendermos os princípios de implementação do *home office*. Não é interesse desta pesquisa comparar o trabalho realizado por profissionais de uma empresa de *software* com os profissionais da educação.

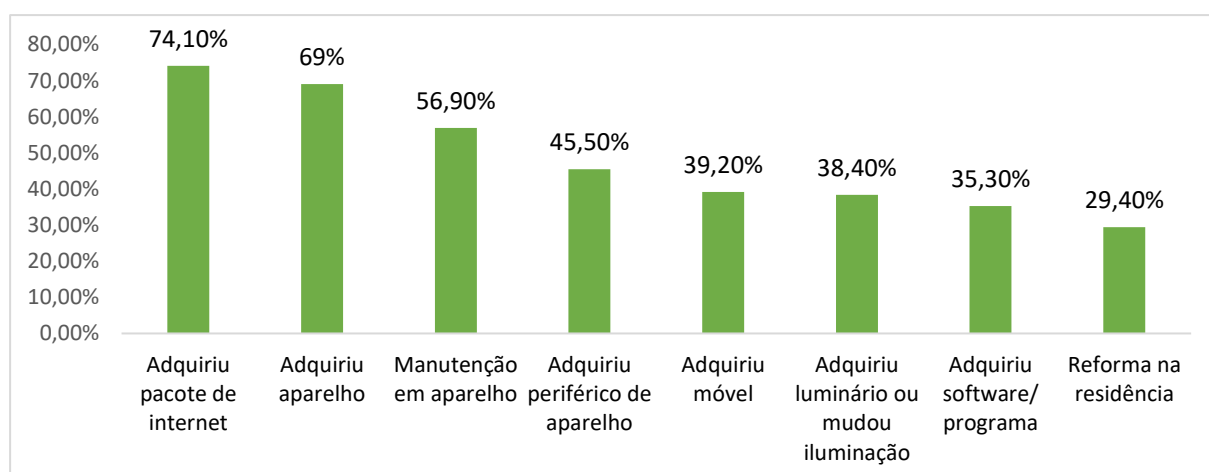
dos colaboradores; (c) controle de horário e funcionamento da empresa; e (d) manual de conduta.”

Se levarmos em consideração as respostas apresentadas pelos professores, percebemos que, entre o plano elaborado por esta empresa privada e as medidas Governo do Estado do Ceará, algumas estratégias divergiram. Uma delas diz respeito à “infraestrutura do *home office* dos colaboradores” que, no caso da empresa, foi tratada da seguinte forma:

No item (a) infraestrutura, os líderes ficaram responsáveis por dar apoio aos seus liderados na construção do espaço de trabalho na casa de cada colaborador e, para isso, poderiam distribuir os equipamentos da empresa como mesa, cadeira, computador, celular e *headset* (acoplado de fone de ouvido e microfone) (ALVES; AMORIM; BEZERRA, 2021, p. 5).

Situação diferente da dos professores do Ceará, que, em sua maioria, tiveram que realizar a implementação da infraestrutura do *home office* por iniciativa própria. Para garantirem as aulas remotas, 91% dos profissionais realizam mudanças (pagas ou não) em sua residência. Apenas 3% afirmam ter tido algum tipo de apoio da direção escolar ou da Secretaria de Educação e das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes).¹⁶ As principais mudanças foram:

GRÁFICO 7 – PRINCIPAIS MUDANÇAS REALIZADAS PELOS DOCENTES EM SUAS RESIDÊNCIAS PARA GARANTIREM A REALIZAÇÃO DAS AULAS REMOTAS



Fonte: Dados do *survey*.

¹⁶ A Crede é uma espécie de ramificação da Seduc no interior. Há 20 Credes espalhadas por todo o Ceará. Cada uma delas é responsável por gerir a educação em um número determinado de municípios.

O Gráfico 7 indica o leque de mudanças realizadas pelos docentes para a garantia do ensino remoto. Muitas das mudanças necessitaram de pagamento, o que mostra que esses profissionais tiveram que financiar as ferramentas de trabalho. Até maio de 2021, o governo do estado do Ceará não lançou nenhum programa de apoio aos docentes em relação à estrutura do ensino.¹⁷ Houve, sim, programas de apoio aos estudantes, população mais vulnerável, por certo. Parcela significativa dos alunos recebeu: *chips* de celular, *tablets* ou outros aparelhos, cestas básicas, vale-gás de cozinha etc. Saber da falta de apoio aos docentes é importante, visto que existe uma correlação entre “trabalho de alta exigência” e o fraco “apoio social”. Segundo Birolim *et al.*, (2019, p. 1256), “a existência conjunta de grandes demandas psicológicas com baixo controle sobre o processo de trabalho gera o que se conhece como trabalho de alta exigência (*job strain*), com efeitos nocivos à saúde do trabalhador”. O trabalho de alta exigência é uma função de grande demanda de atividade laboral, como, por exemplo: carga horária semanal elevada, considerar ruim ou regular a remuneração e a quantidade de alunos por sala etc. Segundo os autores, em estudo realizado com docentes de Londrina, no Paraná, os efeitos negativos podem ser amenizados com “apoio social” ao trabalhador, que “pode ser definido como uma função de auxílio exercido por pessoas significativas em relação à provisão material, de informações ou de assistência emocional em situações de estresse” (BIROLIM *et al.*, 2019, p. 1256). No caso dos docentes do Ceará, o apoio social em relação à provisão material durante a pandemia foi praticamente nulo, conforme indicam os dados do questionário.

No mesmo sentido, Souza *et al.*, (2021), em trabalho qualitativo colaborativo entre docentes da educação básica privada do município de Macaé-RJ e acadêmicos, destacam que:

a responsabilidade pela transformação do espaço domiciliar em posto de trabalho permanente para desenvolvimento do ensino remoto coube exclusivamente aos docentes. Do mesmo modo, todos os custos relacionados às condições materiais do trabalho e infraestrutura física, como computador, câmera, microfone,

¹⁷ Apenas em maio de 2021 o governo do Ceará afirmou que financiaria parte das ferramentas de trabalho dos professores: anunciou a compra de 28 mil notebooks para os docentes. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/06/10/governo-do-ceara-vai-adquirir-28-mil-notebooks-para-professores-da-rede-estadual/> Acesso em: 14 jun. 2021.

impressora, internet, luz elétrica, mobiliário, entre outros, ficaram a cargo dos docentes. Além dessas despesas, houve a necessidade de manutenção desses equipamentos e do próprio manuseio de tecnologias e mídias (SOUZA *et al.*, 2021, p. 5).

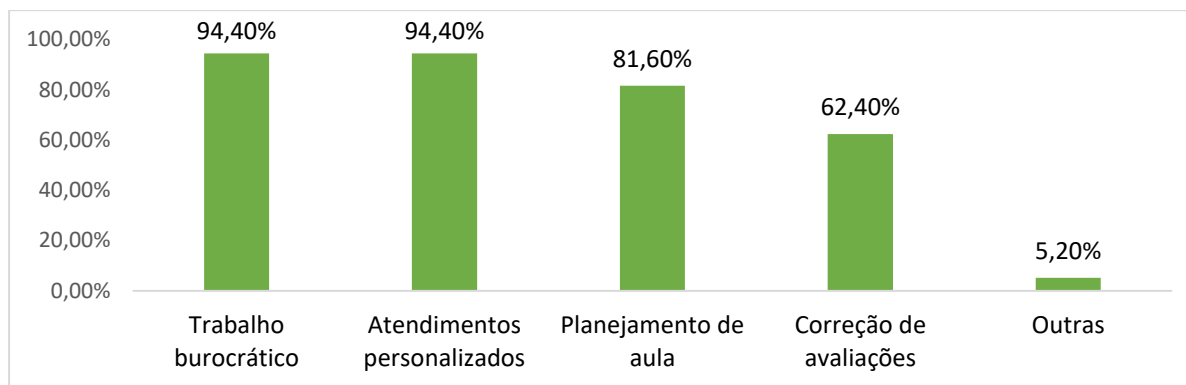
Dessa forma, os dados encontrados junto aos docentes do Ceará são corroborados por aqueles descritos pelos de Macaé: sem apoio, os profissionais tiveram que realizar todas as mudanças necessárias em suas residências, a fim de garantir as aulas remotas.

Dito isso, o Gráfico 7 ainda mostra que a principal preocupação dos docentes foi com a garantia imediata das aulas remotas, pois as quatro principais mudanças têm relação com o aparelho usado e com a internet para conectar o aparelho. Em seguida – e menos importante para a garantia das aulas – estão mudanças como: móvel, luminária, *software* e até reforma na residência. Isso indica a atenção dos docentes à garantia das aulas durante a pandemia, além do esforço para executar as mudanças sem apoio social adequado.

Ademais, as aulas remotas mudaram a rotina familiar dos docentes, visto que, durante as aulas, os residentes não podem fazer barulhos (90%) nem circular livremente (83%), além do fato de que a atividade profissional afeta a vida de seus familiares (32%). Esse dado é de grande importância porque a repentina mudança de ambiente de trabalho devido à urgência da pandemia levou a atividade laboral para dentro da casa dos professores, conforme já discutido. Logo, o espaço doméstico, que tinha características de proteção e de privacidade passou por verdadeira reviravolta, sendo agora exposto e inseguro, visto que, conforme já apresentado, dois de cada três docentes têm receio de ter suas aulas gravadas e divulgadas indevidamente. Importante frisar, novamente, que 44% dos trabalhadores se sentem obrigados a ligar a câmera, tendo de expor sua residência e sua privacidade a contragosto.

Em relação à atividade laboral, 89% afirmam estar extrapolando o tempo extraclasse, reservado para planejamento, estudos etc., que, por lei, é de 1/3 da carga horária total. As principais atividades que contribuem para esse cenário são:

GRÁFICO 8 - PRINCIPAIS ATIVIDADES EXTRACLASSE QUE SE INTENSIFICARAM DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Dados do *survey*.

A intensificação das atividades extraclasse indica as peculiaridades do ensino remoto: segundo 94% dos respondentes, há mais trabalho burocrático. É provável que se refiram ao portal professor *online*,¹⁸ da Secretaria de Educação, que conta com a obrigatoriedade de preenchimento de diversos campos, tais como: o botão Diário Online conta com as abas “plano de ensino”, “registro de aula”, “frequência” e “avaliações e notas”. Cada aba requer uma série de preenchimentos específicos por turma em que o docente leciona. Ademais, algumas escolas contam com planilhas exclusivas para o acompanhamento dos alunos, que requerem preenchimento constante.

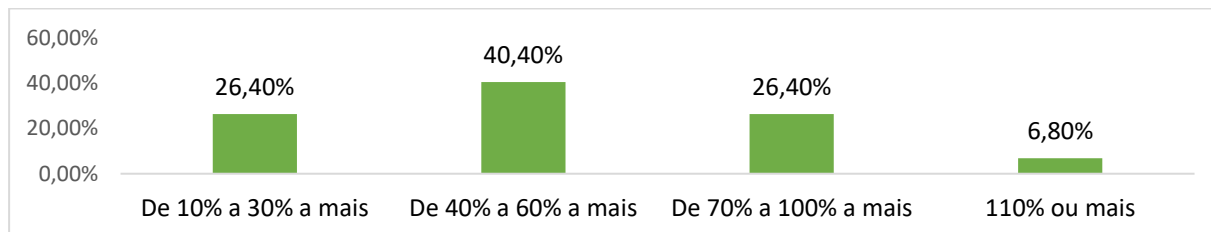
Por outro lado, os atendimentos personalizados a alunos e a suas famílias ocorre constantemente por meio, principalmente, de mensagens instantâneas pelo celular, como é o caso do aplicativo *Whatsapp*. Esse tipo de serviço se intensificou para outros 94% de professores, ainda de acordo com o Gráfico 8. Conforme é abordado adiante, quase a totalidade dos docentes está em grupos de mensagem instantânea com alunos.

Já a intensificação do planejamento de aula, destacado por 81% dos profissionais, corrobora dado já apresentado sobre a necessidade de mais trabalho para a adaptação do ensino ao meio remoto. Por fim, a correção de avaliações também se intensificou para 62% dos sujeitos, visto que as atividades de atenção aos alunos também precisaram se transformar durante a pandemia, o que também já foi abordado. Logo, os novos modelos de avaliação requerem mais esforço dos docentes, segundo eles próprios.

¹⁸ Disponível em: <https://professor.seduc.ce.gov.br/> Acesso em: 29 maio 2021.

Esse trabalho a mais foi mensurado pela pesquisa, a saber:

GRÁFICO 9 - PORCENTAGEM DE TEMPO EXTRACLASSE TRABALHADO A MAIS DO QUE O ESTABELECIDO EM CONTRATO

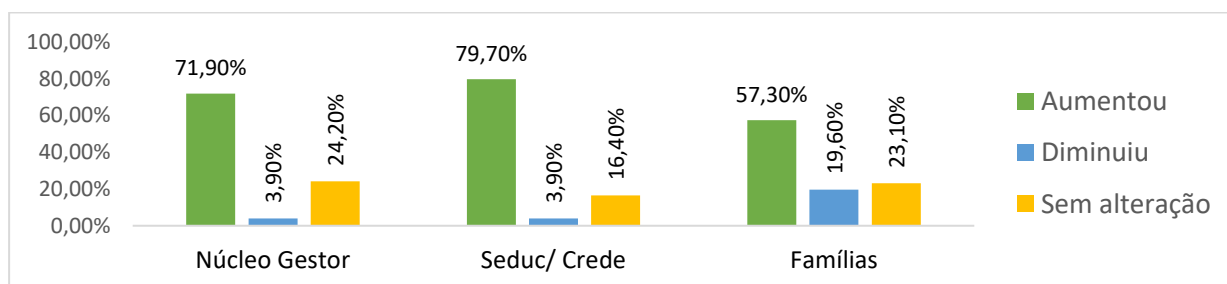


Fonte: Dados do survey.

O gráfico anterior apresenta a porcentagem de tempo extraclasse trabalhado a mais do que o estabelecido em contrato. A maioria, cerca de 40% do total de professores, está trabalhando de 40% a 60% mais sem ser remunerado por isso. Em pesquisa realizada em 2018 (antes da pandemia), Pessoa (2021) mostra que 82% dos docentes da rede estadual do Ceará afirmam realizar trabalho da escola em casa, indicando ser uma forte característica da profissão. Contudo, é necessário destacar que a pandemia criou um cenário diferente, pois o docente passou a ficar trancado em casa com sua família, com os filhos, além de, em muitos casos, não ter ambiente adequado para estudos. Logo, esse excesso de trabalho agrava ainda mais a situação precária do trabalho remoto.

A intensificação do trabalho extraclasse é efetivada pelo aumento da cobrança sobre os docentes por segmentos escolares durante a pandemia, tais como:

GRÁFICO 10 – COMPARAÇÃO DA COBRANÇA DE SEGMENTOS ESCOLARES ANTES E DURANTE A PANDEMIA EM RELAÇÃO AO TRABALHO DOCENTE



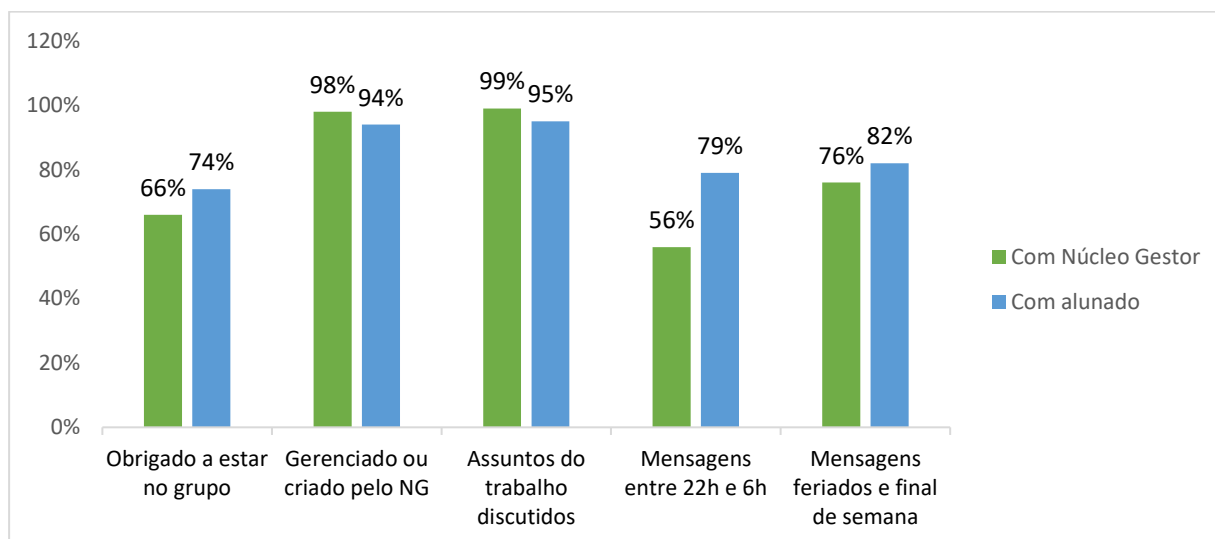
Fonte: Dados do survey.

O Gráfico 10 indica que a maioria absoluta dos docentes se sente mais cobrada durante a pandemia. A realização do trabalho “longe dos

olhos” dos superiores fez com que as cobranças se intensificassem. Pessoa (2021) indica que, antes da pandemia, a maior cobrança partia do Núcleo Gestor, os superiores hierárquicos mais próximos aos docentes, em contato direto no dia a dia. Agora, durante a pandemia, os profissionais enxergam a Secretaria de Educação ou a Crede como as instâncias que mais cobram a execução do trabalho. O fato de as direções escolares estarem afastadas fisicamente dos docentes pode ajudar a explicar essa mudança de percepção. Além disso, mais uma vez, as famílias são vistas pelos profissionais como o segmento escolar que menos lhes cobra.

Outro dado relevante tem relação com a conectividade da profissão, o que já era uma realidade antes da pandemia (PESSOA, 2021), mas que, visivelmente, se intensificou devido à particularidade do momento. A grande maioria dos respondentes diz integrar grupos de mensagem instantânea, como o *Whatsapp*, com as direções escolares (99%) e com o alunado (93%). Algumas características desses grupos são:

GRÁFICO 11 - CARACTERÍSTICAS DO GRUPO DE MENSAGENS EM QUE DOCENTES ESTÃO JUNTOS COM NÚCLEO GESTOR E COM ALUNADO



Fonte: Dados do survey.

Uma primeira interpretação importante é que esses grupos são formais, isto é, são criados e/ou gerenciados pelo Núcleo Gestor da escola, além de serem espaços de discussão de trabalho. No mesmo sentido, no mínimo 2/3 dos docentes se sentem obrigados a estar nos grupos. O

conjunto desses fatores leva a uma característica perversa do trabalho remoto: o horário de trabalho dos professores não é respeitado, ou seja, mensagens são enviadas constantemente a esses grupos, durante todo o dia – não há controle para isso. Além disso, os profissionais também recebem mensagens de madrugada, em feriados e em finais de semana, principalmente nos grupos com alunos.

Em pesquisa realizada antes da pandemia, Pessoa (2021) descobriu que só 2,5% desses docentes não respondiam a mensagens por internet e por telefonia. Isso indicava, segundo o autor, que “a conexão faz parte da organização do trabalho de professor” (PESSOA, 2021, p. 228). Dito isso, Bedin (2018) destaca que o direito à desconexão é uma forma de respeitar a jornada fixa do trabalhador, garantindo, assim, o descanso garantido por lei. Mas também garantindo a intimidade, a privacidade e a dignidade do profissional, pois esse tipo de relação pode caracterizar tratamento indigno entre trabalhador e empregador (BEDIN, 2018, p. 24).

Esses dados indicam uma transformação óbvia na organização do trabalho docente, durante a pandemia. O processo de trabalho mudou, tendo que ser alterada também a forma de fiscalização e de cobrança das hierarquias superiores. Mais uma vez, a experiência dos professores de Macaé coincide com a realidade dos cearenses:

de fato, docentes encontram-se submetidos às novas exigências e mudanças na organização do trabalho, tais como ritmo de trabalho, sobrecargas laborais, burocracia, controle (remoto) de turma e, ainda, o tipo de gestão e ferramentas para controle e desenvolvimento do trabalho, algo que recrudescer com o advento do trabalho remoto. Para dar conta de todas as tarefas, é necessário realizar atividades fora da jornada formal de trabalho, como gravar aulas, disponibilizá-las em plataformas digitais e atender aluno(a)s por aplicativos como o Whatsapp, muitas vezes, em grupos criados pela própria coordenação escolar (SOUZA *et al.*, 2021, p. 5-6).

Como se pode perceber, há bastante semelhança entre a situação de ambos os grupos de professores. Todavia, chama atenção o fato de um ser da rede privada, enquanto o outro, da pública. Conforme indicou Pessoa (2021), não há surpresa nessa semelhança, visto que os docentes da rede estadual do Ceará passaram, nos últimos 30 anos, por um processo de transformação na organização do trabalho ligada às práticas gerencialistas.

Ademais, os docentes temporários dessa rede, que eram maioria da categoria profissional quando o estudo do autor foi realizado, não tinham qualquer estabilidade no cargo, podendo ser demitidos com bastante facilidade. Como destaca Pessoa (2021), há uma mimetização do setor privado no público.

Por fim, os últimos dados apresentados apontam que os docentes não têm seu horário de descanso respeitado: ultrapassam sua carga horária contratual, realizam mais trabalho burocrático e precisam ficar conectados 24 horas por dia ao serviço, o que, inevitavelmente, leva a maior desgaste ligado à atividade laboral. Essa situação, por óbvio, acaba por afetar a saúde dos docentes, o que é discutido na próxima seção.

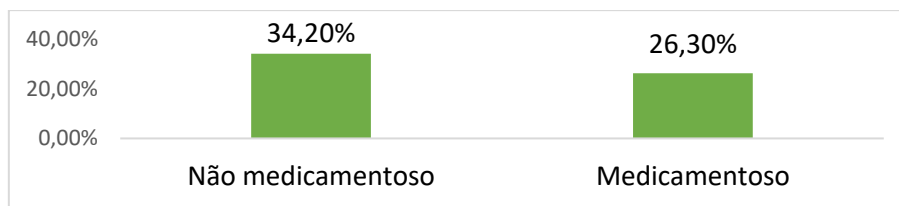
Saúde docente e adoecimento

Muito se falou, principalmente na mídia, sobre os efeitos do distanciamento social na saúde das pessoas. A própria existência da pandemia já afeta a saúde mental devido à ansiedade provocada: o receio de ser infectado, de ser entubado, de morrer.¹⁹ Esses efeitos seriam intensificados no caso de pessoas que, além de trancadas em casa, estão realizando trabalho remoto e, ainda por cima, estão conectadas 24 horas por dia e extrapolando sua carga horária contratual de trabalho? Certamente, são necessários estudos específicos para responder a essa pergunta, estudos com a presença de grupos de controle e outras metodologias específicas, o que não é o caso deste texto. Todavia, apresentamos a seguir dados de autopercepção sobre a saúde docente e o adoecimento durante a pandemia, o que, além de indicar a situação específica dessa população, pode abrir caminho para estudos comparativos futuros.

Parcela significativa dos respondentes diz ter buscado tratamento de saúde mental durante a pandemia:

GRÁFICO 12 – PORCENTAGEM DE DOCENTES QUE BUSCARAM TIPOS DE TRATAMENTO DE SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA

¹⁹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2020/07/13/coronavirus-quanto-medo-devo-ter-de-ser-contaminado.htm> Acesso em: 14 set. 2022.

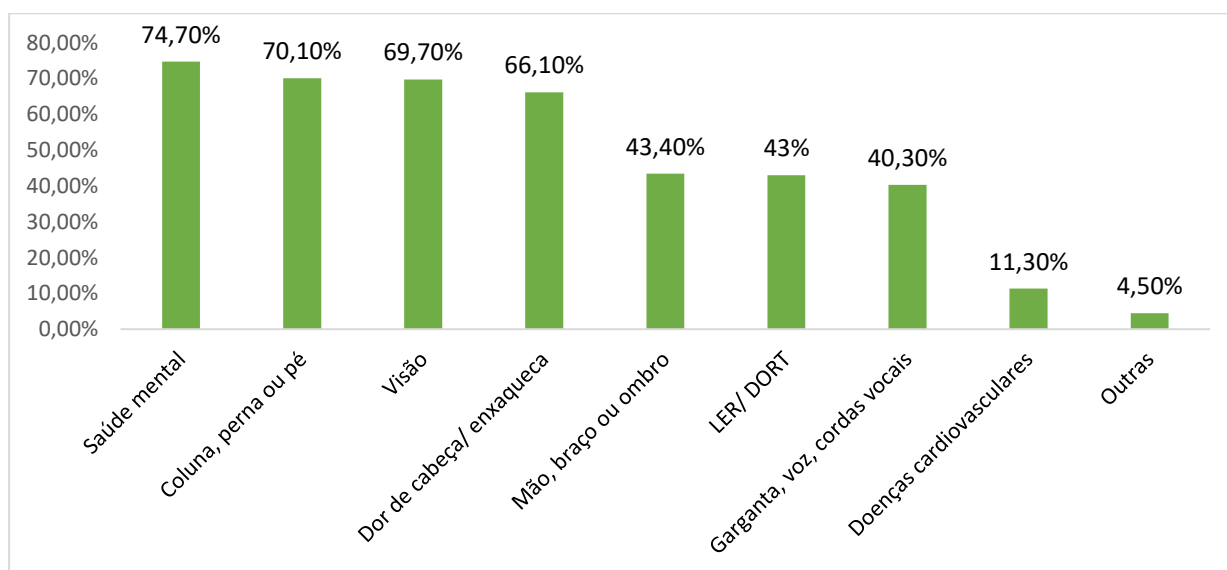


Fonte: Dados do survey.

Não deixa de ser impressionante saber que um de cada três professores realizou tratamento não medicamentoso, assim como um de cada quatro necessitou do uso de remédios, em relação ao prejuízo à saúde mental.²⁰ A pandemia não se restringe ao coronavírus, mas também aos problemas mentais. Os efeitos disso a longo prazo ainda não estão claros, mas é provável que muitos trabalhadores necessitem de licenças a médio e a longo prazos.

No mesmo sentido, 78% dos docentes afirmam que tiveram sua saúde afetada durante a pandemia. As principais queixas de saúde são:

GRÁFICO 13 – CARACTERÍSTICAS DE ADOECIMENTO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Dados do survey.

A principal queixa apresentada no Gráfico 13 é relacionada à saúde mental, o que corrobora os dados do Gráfico 12. Segundo Pessoa (2021),

²⁰ A noção de tratamento não medicamentoso (ou não-farmacológico) é comum na área da saúde. Há um leque de doenças que comportam tanto tratamentos medicamentosos, quanto não medicamentosos. Disponível em: https://amb.org.br/files/BibliotecaAntiga/depressao_unipolar_tratamento_nao_farmacologico.pdf Acesso em: 09 jul. 2022.

entre docentes da rede estadual do Ceará, antes da pandemia, as “doenças mentais” e as doenças de “coluna, perna ou pé” não atingiam níveis tão altos como o destacado na pesquisa atual. Essas ocorrências praticamente dobraram entre 2018 – antes da pandemia – e 2021.

Esse aumento, no caso da saúde mental, tem relação, por exemplo, com a falta de interação/ isolamento e, também, com o aumento do trabalho burocrático, que não é atividade-fim da profissão e causa frustração ao trabalhador (CARLOTTO, 2002). O isolamento social destacado pela autora não tem relação com a pandemia, mas sim com as características da profissão, que requer um nível de comprometimento alto e a realização de trabalho em casa, o que isola o profissional de sua vida social. Todavia, o atual cenário de emergência sanitária contribuiu para intensificar essa situação. Sobre a realização de atividades não essenciais à profissão, já foi destacado que 94% dos docentes estão realizando mais trabalhos burocráticos no momento atual de ensino remoto.

Antes da pandemia, os professores já eram a categoria profissional mais atingida pela síndrome de *burnout*, que é um tipo de estresse ocupacional constituído por três dimensões: exaustão emocional, despersonalização (tratar pessoas e colegas como objetos) e baixa realização profissional no trabalho (CARLOTTO, 2002, p. 23). Contudo, o isolamento social durante o estado de calamidade sanitária contribuiu ainda mais para problemas de saúde mental, conforme indicam os dados da pesquisa. Ainda segundo a autora,

As frustrações emocionais peculiares a este fenômeno [o *Burnout*] podem levar a sintomas psicossomáticos como insônia, úlceras, dores de cabeça e hipertensão, além de abuso no uso de álcool e medicamentos, incrementando problemas familiares e conflitos sociais (CARLOTTO, 2002, p. 24).

Dentre as opções disponibilizadas aos respondentes no questionário, chama a atenção o alto índice de relatos de “dor de cabeça/ enxaqueca” (66%) e de “doenças cardiovasculares” (11%), como é o caso da hipertensão. Ademais, já foi apresentada a informação sobre o alto índice de tratamentos medicamentosos relacionados à saúde mental. Por fim, os problemas familiares e os conflitos sociais cresceram no Brasil durante a pandemia, visto que as famílias estavam trancadas 24 horas por dia, levando ao

crescimento de casos de violência doméstica, por exemplo.²¹ Além disso, o desemprego e a desigualdade social dispararam devido ao quadro econômico durante o momento de emergência.²² Esses dados contribuem para indicar um cenário relacionado com o *burnout*.

Já em relação à categoria de adoecimento “coluna, perna ou pé”, é provável que a prevalência seja de problemas na coluna, pois o fato de o docente ficar mais tempo sentado durante o dia pode ocasionar aquele tipo de queixa:

A postura sentada mantida por tempo prolongado pode gerar carência de flexibilidade muscular e de mobilidade articular, além de fadiga dos músculos extensores espinhais que, aliados, comprometem a estabilidade e o alinhamento da coluna vertebral. Tais distúrbios biomecânicos são considerados importantes fatores etiológicos para o desenvolvimento de dor lombar (BARROS; ÂNGELO; UCHÔA, 2011).

Outra característica nova é a queixa de problemas de visão, o que é explicado pelo maior contato com as telas. Ainda segundo Pessoa (2021), os problemas de visão sequer foram relatados em 2018, assim como outros estudos sobre adoecimento docente pré-pandemia não contam com relatos ou diagnóstico desse tipo de problema (ARAÚJO; CARVALHO, 2009), indicando que o uso exacerbado de telas devido ao ensino remoto está levando os profissionais ao adoecimento da visão. Apesar de a pesquisa não ter questionado qual o problema de visão apresentado, é provável que miopia seja o problema mais comum, pois há indícios – ainda sem conclusões definitivas – de que essa doença seja desenvolvida exatamente com o uso prolongado de telas em curta distância, além do fato de que o indivíduo estar mais tempo ao ar livre e em horários com maior intensidade luminosa – como perto do meio-dia – ajudam a proteger a visão daquele problema oftalmológico (GOMES *et al.*, 2020). Considerando que os docentes estão mais tempo trancados em casa, isso acaba sendo um agravante para a situação.

Por outro lado, problemas relacionados à categoria “garganta, voz e cordas vocais” caíram pela metade, se comparados os dados de 2018 e de

²¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/661087-crescemenuncias-de-violencia-domestica-durante-pandemia> Acesso em: 04 jun. 2021.

²² Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/trabalho-e-renda/> Acesso em: 04 jun. 2021.

2021, ainda segundo Pessoa (2021). Isso é explicado pelo fato de o docente já não precisar impostar a voz em sala de aula, geralmente lotada, não climatizada e sem conforto sonoro. Araújo *et al.*, (2008, p. 1236), em estudo realizado com 747 professoras de uma rede municipal na Bahia, constaram que “o hábito vocal inadequado de fazer força para falar estava fortemente associado às queixas de alterações vocais investigadas (rouquidão nos últimos seis meses e diagnóstico referido de calos nas cordas vocais)”. No ensino remoto, por outro lado, o professor, apesar de interagir pouco, pode falar como se estivesse em uma conversa normal, pois basta que o microfone – que está a poucos centímetros de distância – capte sua voz.

Considerações finais

Os dados estatísticos coletados junto aos docentes da rede estadual de educação básica do Ceará indicam que a situação de saúde do professorado durante a pandemia se agravou, se comparada com o período anterior: os profissionais estão sofrendo mais com doenças mentais e aquelas relacionadas a coluna, perna ou pé, além de estarem apresentando problemas de visão, o que é explicado pelo uso exacerbado de telas, uma novidade na profissão. Em relação, especificamente, aos problemas mentais, parcela significativa dos sujeitos buscou tratamento medicamentoso ou não. Por outro lado, os problemas vocais foram amenizados devido às características do ensino remoto.

A falta de interação e o isolamento social podem ajudar a explicar situação tão peculiar na categoria profissional, durante a pandemia. O momento vivenciado pela humanidade é singular, uma pandemia é um evento raro. A última ocorreu há cerca de 100 anos, com a Gripe Espanhola. Assim, esse isolamento se fez necessário para evitar complicações maiores da situação vivida, visto que o vírus se espalha pelo ar e é altamente transmissível. Dito isso, o isolamento social é um preço a se pagar pela racionalidade necessária para conter a Covid, ainda mais quando o trabalho a ser realizado de forma presencial expõe milhares de pessoas ao vírus, como é o caso da educação escolar. Todavia, a categoria docente possui fortes

características de resistência ao adoecimento, o que explica a busca elevada por tratamentos. Algo semelhante foi observado por Pessoa (2021).

Ademais, as afirmações do deputado Ricardo Barros não foram comprovadas pela pesquisa, visto que os docentes do Ceará estavam trabalhando mais durante a pandemia, extrapolando sua carga horária extraclasse contratual, e de forma inovadora, visto que necessitaram adaptar suas aulas ao formato remoto emergencial: produziram materiais autorais, lançaram mão de metodologias não tradicionais, realizaram avaliações diferenciadas e ainda precisaram fazer atendimentos personalizados aos alunos. Também não estão tendo o descanso garantido de forma adequada, pois não se desconectaram do trabalho nem na madrugada nem em feriados e nem em finais de semana, visto que a conectividade 24 horas por dia, sete dias por semana, e a política extraoficial das escolas de adicionar docentes em grupos de mensagens instantâneas criou um horário real de trabalho sem intervalos. Apesar disso, ainda necessitaram realizar mais trabalho burocrático, pois, visivelmente, a Secretaria de Educação e as diretorias escolares requeriam a comprovação formal do trabalho realizado a distância, alimentando a burocracia, por meio de mais cobranças aos profissionais.

Por fim, destacamos que os docentes poderiam ser considerados “linha de frente” no combate à Covid-19 no Brasil, porque poderiam servir de agentes orientadores da gravidade da pandemia, dos métodos de prevenção e até da importância da vacinação a dezenas de milhões de alunos, pois, segundo os respondentes, 97% abordaram a pandemia em suas aulas, assim como outros 95% abordaram especificamente medidas de prevenção à doença. Isso significa que, generalizando os dados, os milhões de professores do país poderiam, por meio de uma coordenação nacional séria e competente, estar contribuindo de forma determinante para a prevenção à doença e, por conseguinte, para o controle da pandemia. Contudo, o Brasil optou pelo caminho da desinformação e da crítica ao conhecimento científico, o que coloca em xeque a atividade docente, tão prejudicada devido às particularidades do ensino durante esse período de calamidade.

Referências

ALVES, Thaís Lopes de Lucena; AMORIM, Amanda Florense Alves; BEZERRA, Maria Clara Cunha. “Nenhum a menos”! A adaptação ao *home office* em tempos de COVID-19. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. spe, e200234, 2021.

ALVES, Wanderson Ferreira. A invisibilidade do trabalho real: o trabalho docente e as contribuições da ergonomia da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230089, 2018.

ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, 2009.

ARAÚJO, Tânia Maria de; REIS, Eduardo José Farias Borges dos; CARVALHO, Fernando Martins; PORTO, Lauro Antonio; REIS, Israel Costa; ANDRADE, Jonathan Moura de. Fatores associados a alterações vocais em professoras. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 6, p. 1229-1238, 2008.

ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. **Social Research Update**, n. 33, p. 1-4, 2001.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed, UFMG, 1999.

BARROS, Suélem Silva de; ÂNGELO, Rita di Cássia de Oliveira; UCHÔA, Érica Patrícia Borba Lira. Lombalgia ocupacional e a postura sentada. **Rev. Dor**, v. 12, n. 3, p. 226-230, 2011.

BEDIN, Barbara. Direito à desconexão do trabalho frente a uma sociedade hiperconectada. **Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 4, n. 2, p. 18-39, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm Acesso em: 01 dez. 2022.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “Escola Sem Partido”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240019, 2019.

GOMES, Anna Caroline Guimarães; CASTRO, Laís Rytholz; BRITO, Lara Medeiros Pirauá de; CUNHA, Mariana Alves da; RIBEIRO, Marina Viegas Moura Rezende. Miopia causada pelo uso de telas de aparelhos eletrônicos: uma revisão de literatura. **Rev. Bras. Oftalmol.**, v. 79, n. 5, p. 350-353, 2020.

PENTEADO, Regina Zanella; COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. Trabalho docente com videoaulas em EaD: dificuldades de professores e desafios para a profissão docente. **Educação em Revista**, v. 37, e236284, 2021.

PESSOA, Márcio Kleber Morais. **Análise das transformações na organização do trabalho docente de professores da rede estadual do Ceará**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVA, Ivan Conceição Martins da; SILVA, Marina Hastenreiter; SANTOS, Mayra Laborda. Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2200, 2021. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur>.

SOUZA, Katia Reis de *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, e00309141, 2021.